POLÍTICA

SENADO Artigo foi aprovado na Câmara dos Deputados e será rediscutido pelos senadores

Pacheco: brecha da reforma para criação de imposto gera insegurança

BRUNO BOCCHINI

Agência Brasil , São Paulo

O presidente do Senado, Ro-drigo Pacheco (PSD-MG), cri-ticou ontem a possibilidade – aberta pelo texto da reforma tributária aprovado na Câmara dos Deputados – de os estados criarem novos im-postos. Para Pacheco, o Arpostos. Para Pacheco, o Artigo 19 do texto aprovado na Câmara gera um ambiente de "indefinição e de alguma insegurança" e precisará ser rediscutido no Senado, que agora aprecia a reforma.

"A polêmica do Artigo 19 na redação final é justamente porque secria um ambiente de indefinição e de alguma insegurança, porque se o que

insegurança, porque se o que se está a buscar com a reforma tributária é uma uni ficação tributária. Dentro de uma lógica nacional, de uma limitação de alíquota e im-Ilmitação de aliquota e im-posto único, se você permite a algum ente federado algu-ma arrecadação extra, a par-tir de seus próprios critérios, isso gera realmente uma in-definição", disse, após se reu-nir com industriais na sede da Federação das Indústrias da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista.
O presidente do Senado ressaltou que compreende as circunstâncias em que o artigo foi aprovado pela Câmarados Deputados, "momento em que se precisava votar a reforma tributária, conciliar os interesses, assimilar todos os desejos", mas que o tema será rediscutido pelos senadores e governadores.
"Se não houver um con-

'Se não houver um consenso de texto, naturalmente, a melhor forma de se so-



Pacheco voltou a afirmar que a previsão inicial é de que a reforma seja votada no Senado no dia 4 de outubro, coincidindo com os 35 anos da Constituição lucionar é aquilo que se faz na política: a arte de escolher. Coloca para votação e vamos definir qual que é o entendimento da maioria dos senadores", disse, após o encontro, que contou também com presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Pacheco voltou a afirmar que a previsão inicial é de que a reformaseja votada no Senado no dia 4 de outubro, coincidindo com o aniversário de 35 anos da Constituição Pederal. Ele não descarta, no entanto, que a data andará cer adiada "Se, bou

carta, no entanto, que a data poderá ser adiada. "Se hou-

vera necessidade de alongar por alguns dias, ou por al-gumas semanas, não há pro-blema algum. Nós precisamos ter segurança para po der votar e votar um texto que seja seguro, para que a sociedade brasileira tenha a

sociedade brasileira tenha a compreensão do que exatamente se está votando".

O presidente do Senado destacou ainda que não há nenhuma definição sobre a instituição de um teto de 25% no valor da aliquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será criado pela reforma. Pacheco afirmou que o relator da refor-

ma no Senado, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), recomenda a limitação, mas ressalvou que o tema deverá ser objeto de discussão dos senadores.

O presidente do Senado mencionou também sobre a manutenção dos incentivos fiscais a programas nas re-giões Nordeste, especial-mente à indústria automomente a industria automo-bilística, e Norte, como coor-re na Zona Franca de Ma-naus. De acordo com Pache-co, esse tema será tratado com base no conceito de que "igualdade é tratar desigual-mente os desiguais na memente os desiguais, na me-dida dessa desigualdade", e levando em consideração os sacrifícios históricos impostos às regiões Norte e Ñor-deste e a concentração da

deste e a concentração da riqueza no Sul e Sudeste.

"Aquilo que já está colocado, essa realidade que já se tem, desses incentivos, ela deve ser respeitada. Obviamente que ela não precisa ser eterna, mas ela precisa ser eterna, mas ela precisa tente de um periodo muito considerável. E é por lisso que nôs vamos chamar isso que nós vamos chamar

isso que nós vamos chamar todos os governadores da região Norte, da região Norte, deste e vamos ouvi-los para entender o que que precisa ser feito", disse.
Pacheco ressaltou que Osenado Federal tem maioria composta por parlamentares do Norte e do Nordeste, "de modo que esses projetos são projetos muito caros ao Senado Federal, porque eles expressam que é o entenexpressam que é o enten-dimento da maioria".

HACKER

Justiça Federal condena Delgatti a 20 anos de prisão

ANDRÉ RICHTER

Agência Brasil, Brasília

A Justica Federal condenou ontem o hacker Walter Del-gatti a 20 anos de prisão no processo da Operação Spo-ofing, deflagrada pela Polícia Federal em 2019. A sen-tença foi proferida pelo juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Fe-deral em Brasília. Cabe recurso contra a decisão

curso contra a decisão.
Delgatif ói preso em 2019
por suspeita de invadir contas de autoridades no Telegram, entre elas, de integrantes da força-tarefa da Lava Jato.
Além de Delgatti, mais seis acusados também foram condenados pelas invasões de celulares. Além dos ex-procuradores da Lava Ja-

ex-procuradores da Lava Jato, o ex-ministro da Iustica Sergio Moro, o ex-ministro da Economia Paulo Guedes e conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Pú-

Nacional do Ministério Pú-blico (CNMP) também tive-ram mensagens acessadas ilegalmente. Na decisão, o juiz disse que Delgatti tinha a inten-ção de vender as conversas hackeadas da Lava Jato por R\$ 200 mil à imprensa e re-bateu declarações do ha-

bateu declarações do hacker, que, durante as investigações, declarou que violou as conversas para "combater injustiças" que teriam sido cometidas durante a operação.
"Só após perceber a resistência de jornalistas a pagarem para ter acesso a este material é que houve um esfriamento inicial no ânimo de Walter de obter numerário pela troca do material", escreveu o juiz. escreveu o juiz.

ALAGOINHAS

Fiscina celebra filiação de Gustavo Carmo ao PSD

GABRIELA ARAÚIO E LUCAS FRANCO

O xadrez político em torno da sucessão do prefeito de Alagoinhas Joaquim Neto (PSD) avançou, no último domingo, com a filiação do secretário municipal de Educação, Gustavo Carmo, ao PSD, presidido pelo se-nador Otto Alencar. Para a deputada estadual

Para a deputada estadual Ludmilla Fiscina (PV), pri-meira-dama da cidade, o nome de Carmo é uma "soma" ao município. Ela também defende a união da base go

defende a únião da base go-vernista municipalem toro da possível pré-candidatura do titular da Educação. "Agora chega o momento da gente conversar. Eu digo que política é soma. Política a gente tem que somar, tem que articular, vamos estar conversando, todos são da base do governo e a gente precisa estar todos unidos precisa estar todos unidos de mãos dadas para que possamos ganhar as eleições", frisou a parlamentar, em conversa ontem com A TAR-DE.

Além de Carmo, o sindi-calista Radiosvaldo Costa (PT) também apresenta can-didatura no município. Em

Alagoinhas, o PT compõe a base do prefeito. Deste mo-do, as articulações giram em torno de quem encabeçará a torno de quem encabeçara a chapa majoritária para corrida eleitoral do ano que vem, sendo Carmo, o pretenso nome para concorrera cadeira da Prefeitura.

A deputada estadual celebrou ainda a adesão da população ao nome apresen-

pulação ao nome apresentado pela gestão.

"Nós mostramos a força de todos que são da base do nosso governador para que a gente possa avançar. O que eu fiquei mais feliz foi, na verdade, o acolhimento da população, que estava super lotado em um dia de dominlotado em um dia de domin-go". O evento de filiação de Gustavo Carmo aconteceu na Câmara Municipal e con-tou com a presença do pre-sidente estadual do parti-do. Um dos nomes cotados para enfrentar o candidato do chefe do Executivo mu-

do chefe do Executivo municipal, no 11º maior colégio eleitoral baiano, é o ex-pre-feito Paulo Cezar Simões (Sofeito Paulo Cezar Simoes (Solidariedade), que já assume a sua pré-candidatura na cidade. Paulo Cezar comandou o município nos anos de 2009 a 2012.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO SEMIÁRIDO NORDESTE II - CISAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL

BRS 116 E 324

Deputados planejam pressionar . Via Bahia

LUCAS FRANCO

O deputado estadual Rai-mundinho da Jr (PI) disse que pretende, junto a outros colegas da Assembleia Legis-lativa da Bahia (Alba), viajar a Brasilia para pressionar a ViaBahia, na segunda-feira da semana que vem. "Para que Brasilia tam-bém tenha mais um reforço, de representantes do estado

de representantes do estado da Bahia, que são os depu-tados estaduais, eleitos pelo povo", afirmou o parlamen-tar do PL.

tar do PL.

Nasemana passada, o presidente da Alba, Adolfo Menezes, indeferiu o pedido
para a CPI da ViaBahia após
o parecer da procuradoria-geral da Casa, na figura
do procurado-rgeral Graciliano Bonfim, apontar que a
competência para o julgamento do mérito é da
União.

Além disso parte do gru-

União.

Além disso, parte do grupo de deputados esteve na sede da Polícia Federal (PF), em Salvador, no dia 15, para apresentar uma queixa-crime contra a Viabahia, por descumprimento dos contratos de concessão das BRs 116 e 324.

116 e 324. "Deputado estadual foi eleito para ser fiscal. A gente está aqui lutando para isso, fiscalizar tudo o que tiver dentro do governo e dentro do estado da Bahia, para que a gente possa dar resposta à nossa sociedade baiana", nossa sociedade baiana", justificou Raimundinho da Ir, que afirmou que receberá o presidente da ViaBahia em seu gabinete nesta quarta-feira, 23.
Em nota enviada para o Portal A TARDE, a assessoria da ViaBahia negou qualquer agenda prevista entre o pre-

agenda prevista entre o pre-sidente da concessionária e parlamentares baianos.

